

### Contas públicas

## Rombo chega a R\$ 10,6 bilhões

As contas públicas tiveram, em março, déficit de R\$ 10,6 bilhões. Houve piora acentuada nas finanças de estados e municípios, que em janeiro e fevereiro tiveram superávit e, no mês passado, rombo de R\$ 893 milhões. PÁGINA 22

# Contas públicas têm rombo recorde

## Déficit chega a R\$ 10 bilhões em março. Resultado de estados e municípios fica negativo em R\$ 893 milhões

**GERALDA DOCA**

geralda@bsb.oglobo.com.br

**MARCELLO CORRÊA**

marcello.correa@oglobo.com.br

**-BRASÍLIA E RIO-** As contas públicas tiveram déficit recorde em março, de R\$ 10,6 bilhões — o maior rombo para o mês da série histórica do Banco Central, iniciada em 2001. Os números mostram forte deterioração nas finanças de estados e municípios nos últimos meses. Depois de registrarem superávit primário (receitas menos despesas, sem contar o pagamento de juros) em janeiro (R\$ 7,976 bilhões) e fevereiro (R\$ 2,731 bilhões), os estados e municípios tiveram déficit de R\$ 893 milhões em março.

No conjunto do setor público (União, estados, municípios e estatais), o resultado foi prejudicado sobretudo pelo desempenho do governo central (Previdência Social, Tesouro e BC), com saldo negativo de R\$ 8,944 bilhões, e das estatais (déficit de R\$ 806 milhões).

### IMPACTO DA RECESSÃO

No primeiro trimestre, o setor público consolidado acumulou déficit de R\$ 5,771 bilhões. Foi o primeiro déficit já registrado para o período, de acordo com o BC. Em 2015, houve superávit de R\$ 19 bilhões entre janeiro e março.

— Os dados mostram a continuidade da trajetória (de piora) porque a atividade econômica

continua em queda, o que puxa as receitas para baixo. Isso prejudica não só a União, mas também estados e municípios — disse o chefe-adjunto do Departamento Econômico do BC, Fernando Rocha.

Segundo ele, a tendência é que os estados passem a ajudar cada vez menos o governo federal no esforço de economizar para pagar os juros da dívida pública, diante da crise na economia e da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou um grupo de estados a pagarem menos juros para a União, sem as sanções previstas na lei.

— Se eles (estados) elevarem os gastos primários, isso impacta o resultado consolidado. Como a União receberá menos juros, terá menos receitas. Como está havendo déficit, terá de emitir títulos. O endividamento vai subir — afirmou Rocha.

Em 12 meses encerrados em março, as contas do setor público consolidado acumulam déficit de R\$ 136,022 bilhões, equivalente a 2,28% do Produto Interno Bruto (PIB). É o pior resultado para um período de 12 meses da série do BC.

Diante do resultado, a dívida líquida do setor público alcançou 38,9% do PIB em março, alta de 2,1 pontos percentuais em relação ao fevereiro, e o patamar mais elevado desde julho de 2010 (39%). O principal motivo, segundo o BC, foi a valorização do dólar. A previsão

do BC é que a dívida líquida encerrará o ano equivalente a 39,1% do PIB.

Já a dívida bruta (governo central, Previdência, estados e municípios) caiu 0,4 ponto percentual no mês passado, para 67,3% do PIB.

— A tendência é que os estados apresentem, nos próximos meses, comportamento muito parecido com o da União, com resultados deficitários. Eles vão ficar sem fonte de financiamento para cumprir as despesas com pessoal, que são fixas e obrigatórias — analisou o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas.

A meta oficial do governo é obter este ano superávit de R\$ 30,5 bilhões, ou 0,5% do PIB. Mas o governo aguarda autorização do Congresso Nacional para abater do resultado a frustração de receitas. Se a mudança na meta for aprovada, só as contas do governo central poderão fechar 2016 com déficit de R\$ 96,6 bilhões.

O setor público consolidado ainda não tem meta fechada, pois a proposta enviada pelo governo prevê cláusula que permitirá abatimento do impacto do alongamento das dívidas de estados e municípios. O valor final vai depender das adesões aos novos contratos. A meta para esses entes hoje é de R\$ 6,6 bilhões.

No mês passado, o setor público consolidado obteve receita líquida com juros, o que é

“

“Eles (os estados) vão ficar sem fonte de financiamento para cumprir as despesas com pessoal, que são fixas e obrigatórias”

Raul Velloso

Especialista em contas públicas

inédito na história da instituição. O principal motivo foram os ganhos com operações de *swap* cambial do BC, devido à valorização do real. Com isso, a conta de juros ficou positiva em R\$ 648 milhões.

**FAZENDA: CORTE É INSUFICIENTE**

O ajuste fiscal baseado em cortes de despesas não obrigatórias não é suficiente para equilibrar as contas públicas, na avaliação do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Manoel Pires. De acordo com o técnico do governo, somente reformas fiscais mais profundas, como a limitação de gastos públicos e o estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria, conseguirão mudar a trajetória das despesas.

Em um evento na Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio, Pires destacou que a elevação dos gastos públicos nos últimos anos foi influenciada, basicamente, pelo crescimento das despesas obrigatórias. No ano passado, essa categoria de gastos chegou a 14,5% do PIB, e a projeção do governo é que

esse percentual chegue a 15,2% do PIB este ano.

Ao mesmo tempo, os dados mostram que a tentativa de ajuste se deu sobre as chamadas despesas discricionárias, ou não obrigatórias, que caíram de 4,6% para 3,9% do PIB entre 2014 e 2015. Para 2016, a expectativa é reduzi-las para 3,4% do PIB. A contínua redução desses gastos, destacou Pires, não é sustentável.

— O processo de redução não é sustentável ao longo do tempo. É necessário, além de ganhar mais flexibilidade, buscar um equilíbrio maior dentro da capacidade de ajuste que o governo tem. Por isso, a gente tem avançado da discussão de ajuste para a discussão de uma reforma mais ampla — afirmou Pires.

Uma das medidas em estudo é a limitação de gastos públicos, prevista no Projeto de Lei 257, que prevê o corte de gastos em três estágios, segundo o nível de desequilíbrio fiscal da União, estados e municípios. As medidas iriam desde a proibição da criação de cargos até o cancelamento do aumento real de salários. ●

## Recuperação não virá de fora, diz economista

Para Teresa Ter-Minassian, país precisa de reformas

A recuperação da economia brasileira não deve ser puxada pelo setor externo, segundo a economista Teresa Ter-Minassian, ex-diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para a economista, o país precisa de reformas estruturais para voltar a crescer de forma sustentável.

— O panorama da economia global não justifica esperanças na recuperação conduzida pelo setor externo. O Brasil precisará depender de suas próprias forças para sair da crise atual — disse ontem, em seminário na Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio.

Teresa avalia que a resolução do impasse em Brasília, independentemente do desfecho, não será suficiente para reativar a economia:

— Só ter um novo governo ou confirmar o atual não será suficiente. O crescimento sustentável vai exigir uma estratégia nacional, com reformas estruturais que tornem a economia mais competitiva, mais produtiva e mais resiliente.

Para ela, o ajuste fiscal só será possível com reformas fiscais, “especialmente no lado das despesas, dado o alto nível da carga tributária.” (Marcello Corrêa) ●

### AS CONTAS DO GOVERNO

RESULTADO VEM SE DETERIORANDO MÊS A MÊS

#### RESULTADO PRIMÁRIO EM MARÇO

DIFERENÇA ENTRE RECEITAS DE DESPESAS, EXCETO GASTOS COM JUROS, EM R\$

	2015	2016
Governo central	1,483 bilhão	-8,944 bilhões
Governos regionais	-1,146 bilhão	-893 milhões
Empresas estatais*	-97 milhões	-806 milhões
<b>TOTAL</b>	<b>239 milhões</b>	<b>-10,644 bilhões</b>

Fonte: Banco Central \*Não inclui Petrobras, Eletrobras e bancos públicos

#### HISTÓRICO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO

EM R\$ BILHÕES



Editoria de Arte